

futuribles

em português

Número 4 • Outubro 2021

Entre marolas e tsunamis
As trajetórias laborais dos jovens brasileiros

Investir na juventude
Subsídios de capital e empréstimos circunstanciais

Cidades e as suas estratégias alimentares
em uma perspectiva histórica:
O caso brasileiro no passado e na atualidade

A agricultura, a terra, a água e o clima:
Soluções para um mundo em transição

Os gigantes da internet frente aos Estados

A ascensão do populismo autoritário
O que dizem as pesquisas sobre valores na Europa

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



futuribles

em português

CONSELHO EDITORIAL	<i>Bernardo Sorj</i> <i>Jean-Francois Soupizet</i> <i>Sergio Fausto</i>
TRADUÇÃO	<i>Dorothée de Bruchard</i> <i>Marcela Vieira</i>
REVISÃO TÉCNICA	<i>Otávio Dias</i> <i>Beatriz Kipniz</i> <i>Isabel Penz</i>
DIAGRAMAÇÃO	<i>Lisia Lemes / Lilemes Comunicação</i>

Futuribles em Português.
Número 4 - São Paulo - Plataforma Democrática - Outubro de 2021.
ISSN 2674-8398

Índice para catálogo sistemático:

Futuro, inovação, tecnologia, meio ambiente, urbanismo, saúde, educação, trabalho, sociedade, governo, políticas públicas, economia.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Anual

futuribles

em português

Número 4 • Outubro 2021

Apresentação	05
Entre marolas e tsunamis As trajetórias laborais dos jovens brasileiros <i>Nadya Araujo Guimarães</i>	09
Investir na juventude Subsídios de capital e empréstimos circunstanciais <i>Julien Damon</i>	33
Cidades e as suas estratégias alimentares em uma perspectiva histórica: O caso brasileiro no passado e na atualidade <i>John Wilkinson</i>	39
A agricultura, a terra, a água e o clima: Soluções para um mundo em transição <i>Guillaume Benoit</i>	60
Os gigantes da internet frente aos Estados <i>Jean-François Soupizet</i>	86
A ascensão do populismo autoritário O que dizem as pesquisas sobre valores na Europa <i>Gilles Ivaldi</i>	107

Versão eletrônica disponível gratuitamente em:
<http://www.plataformademocratica.org/publicacoes>

Apresentação

Trabalho e igualdade de oportunidades entre os jovens; cidades, segurança alimentar e meio ambiente; a crescente disputa entre as *Big Techs* e os Estados; e a relação entre populismo e valores no continente europeu. Esses são os temas da **quarta edição da revista anual *Futuribles em Português***, fruto de parceria editorial iniciada em 2018 entre o projeto Plataforma Democrática e a publicação francesa *Futuribles* (fusão das palavras “futuros” e “possíveis”), com sede em Paris. O Projeto Plataforma Democrática é uma iniciativa da Fundação Fernando Henrique Cardoso, em parceria com o Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Em artigo inédito, a socióloga Nadya Araujo Guimarães investiga o **ingresso dos jovens brasileiros no mercado de trabalho**, um fenômeno **perpassado por persistentes desigualdades, que se entrelaçam com vários temas da agenda social**. Associada ao CEBRAP, a pesquisadora revisita duas enquetes amostrais de âmbito nacional: a primeira realizada em 2003, ao fim de um período de crise e de contração de oportunidades ocupacionais, financiada pela Fundação Perseu Abramo; e a segunda em 2013, ao fim de um ciclo de aquecimento da economia e expansão das chances de emprego, encomendada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), ligada à Presidência da República.

Segundo Guimarães, as desigualdades operam mesmo em contextos de crescimento econômico e ativação do mercado de trabalho, mas **se aprofundam nos momentos em que múltiplas crises se entrecruzam, desafiando as políticas públicas de inclusão**. “Pensar o engajamento juvenil no trabalho obriga a refletir sobre os elos entre o passado, o presente e o futuro da solidariedade social. Elos esses que parecem, hoje, especialmente esgarçados por uma conjuntura em que se mesclam crises econômica, sanitária e política”, conclui.

No segundo texto, o sociólogo francês Julien Damon propõe **investir na juventude** por meio da dotação a todo jovem de um **capital que lhe permita financiar sua primeira fase de investimento pessoal, acadêmico e/ou profissional**, com o objetivo de garantir maior igualdade de oportunidades entre as categorias sociais. “Ao invés de um suporte mensal, trata-se de um capital consis-

tente destinado aos que atingem a maioria. Na base dessa proposta reside o princípio segundo o qual a luta contra a pobreza e o suporte aos jovens não deve mais passar somente pela assistência aos pais ou mesmo aos jovens diretamente, mas pela **constituição de um patrimônio**”, escreve o professor associado da Sciences Pos Paris e assessor científico da Futuribles International.

O terceiro artigo, escrito especialmente para esta edição por John Wilkinson, sociólogo inglês radicado no Brasil, analisa o **papel das cidades na produção e distribuição de alimentos desde o Brasil Colônia até hoje**. “Neste artigo, focalizamos a centralidade das políticas públicas e o papel das administrações das grandes cidades brasileiras na implementação de determinações da Constituição de 1988 e de leis e programas federais que visam a **segurança alimentar**. À luz do consenso cada vez mais abrangente sobre o papel central de sistemas de alimentação alternativos para a saúde e o meio-ambiente, vislumbramos importantes transformações nos sistemas alimentares urbanos que vão redefinir as **relações históricas entre campo e cidade**”, afirma o professor titular da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, especializado em sociologia econômica.

No quarto texto, o engenheiro francês Guillaume Benoit, membro da Academia de Agricultura da França, mostra de que modo **a terra, a água e a agricultura**, para além de suas funções alimentares e socioculturais, podem cumprir um **papel essencial na luta contra as mudanças climáticas e pelo desenvolvimento sustentável**. O autor nos oferece uma demonstração dos inesgotáveis recursos que a natureza teria a fornecer caso lhe déssemos os cuidados adequados, indispensáveis para a resolução de muitos desafios a que são e serão confrontados nossos contemporâneos e seus descendentes.

“Trata-se da passagem da atual economia exploratória, não sustentável, para uma nova economia renovável, resiliente, produtora de serviços ecossistêmicos, empregos rurais, equilíbrio territorial, justiça social e segurança coletiva. **A questão fundamental é o ‘como’ dessa transição em grande escala**”, escreve o autor, que é membro do corpo de engenheiros responsável pelas políticas de desenvolvimento sustentável do governo francês.

No quinto artigo, o economista Jean-François Soupizet, ex-funcionário da Comissão Europeia (órgão executivo da União Europeia), analisa a atual **queda de braço entre as empresas gigantes da internet e os Estados**, crescentemen-

te questionados pelo poder excessivo das chamadas *Big Techs*, sobretudo as norte-americanas e as chinesas. Essa queda de braço se dá num terreno em que as fronteiras territoriais e as jurisdições nacionais não são claramente demarcadas, criando tensões inéditas entre as *Big Techs*, os Estados nacionais e entre as duas potências do planeta..

“Recentemente, **os Estados despertaram**. Os Estados Unidos, a União Europeia e a China estão tomando medidas severas para controlar a ascensão desse gigantes da internet, um dos fenômenos marcantes das primeiras décadas do século XXI. Os resultados do confronto entre os gigantes da internet e os Estados são ao mesmo tempo incertos e muito diferenciados. Todos eles levantam a questão da **governança do universo digital**, que continua sendo o principal desafio da transição tecnológica”, escreve o consultor científico da Futuribles.

O sexto e último artigo, do cientista político francês Gilles Ivaldi, analisa o conjunto de pesquisas sobre os valores dos cidadãos europeus, realizada regularmente em diversos países da UE desde o início dos anos 1980, com o objetivo de esclarecer **possíveis laços entre populismo e transformação cultural no velho continente**. Como sempre, a realidade é mais complexa do que parece: a efetiva demanda social por autoridade, o retrocesso nos valores morais tradicionais e a evolução da xenofobia diferem muito de um país europeu para outro, sendo a Europa Ocidental clara e duradouramente mais tolerante do que a Oriental.

“A evolução geral dos valores na Europa, tal como é revelada nos dados EVS (*European Values Studies*), sem dúvida não é suficiente para esclarecer as **múltiplas aptidões do fenômeno populista contemporâneo**. As **inseguranças econômicas** desempenham um papel crucial na produção de atitudes xenófobas ou antielitistas, que, por sua vez, alimentam o voto populista autoritário”, concluiu o pesquisador do CNRS (Centro Nacional de Pesquisa Científica, França).

Boa leitura!

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Cidades e as suas estratégias alimentares em uma perspectiva histórica:

O caso brasileiro no passado e na atualidade

JOHN WILKINSON¹

Introdução

O século 21 testemunha uma mudança radical na maneira de abordar o sistema agroalimentar global. Tradicionalmente, o abastecimento das cidades, sobretudo a partir de aumentos da produtividade agrícola no campo, representou o desafio central. Embora essa visão persista, hoje os sistemas alimentares estão sendo abordados a partir da ótica da cidade. Isso pode ser captado nas preocupações demográficas que não focalizam simplesmente projeções para as próximas décadas (a sempre citada projeção de 9 bilhões de habitantes em 2050), mas se detém no fato de que o crescimento populacional será essencialmente um fenômeno urbano e que já a partir de 2008 o mundo se tornou predominantemente urbano.

Durante décadas, o sistema agroalimentar dominante tem sido objeto de contestações que deram origem a diversos movimentos alternativos, (comércio justo, orgânicos, *slow food*, circuitos curtos e mercados locais). Hoje, as críticas se tornaram *mainstream* (Lancet, 2019), visando os impactos sobre a vida urba-

1. Professor Titular, CPDA/UFRRJ jhn@wlknsn@gmail.com

na e priorizando o olhar do consumidor/cidadão, com destaque para o meio ambiente (pegada de carbono e desmatamento), saúde (obesidade e doenças cardiovasculares), reciclagem de embalagens e eliminação de desperdício. No questionamento da dieta, as cadeias de proteína animal se tornaram o alvo principal com metas propostas de uma redução de 50% no consumo per capita em países desenvolvidos, e também em países de consumo mais recente como a China.

Várias ondas de inovação têm transformado o sistema agroalimentar ao longo dos últimos 150-200 anos, envolvendo todos os elos da cadeia de valor – produção agrícola, transporte, logística e técnicas de preservação. Todas essas inovações, no entanto, tinham como pressuposto o produto agrícola no campo. No século 20, podemos identificar duas grandes ondas de inovação em torno do produto agrícola. Na primeira, uma rede internacional de atores públicos conseguiu transformar os avanços na genética em novas variedades, sobretudo de trigo e arroz, altamente produtivas sempre que acompanhadas com insumos químicos de proteção. Onde técnicas de hibridização foram aplicadas surgiram setores privados de sementes e genética animal (carnes brancas). A segunda onda de inovação foi liderada pelo setor privado, sobretudo a indústria química suprindo insumos para a agricultura, e se baseava nos avanços da engenharia genética para estabelecer um novo padrão de produção de grãos em grande escala com técnicas poupadoras de mão-de-obra.

Hoje estamos face a uma nova onda de inovação radicalmente diferente, igualmente dominada por atores privados, mas agora sem vínculos com a produção agrícola, que promovem linhas de inovação motivadas por considerações globais e urbanas com foco no alimento e não no produto agrícola no campo. Entre muitas áreas de inovação podemos destacar as proteínas alternativas, sejam vegetais ou carnes celulares, e a “agricultura vertical” que dispensa a terra em sistemas de produção nos quais escala e produtividade podem conviver com a realidade da renda urbana. A produção aqui visa sobretudo a horticultura, para compor a salada que está contestando o espaço do prato principal nas novas dietas, pautadas em considerações variadas sobre o meio ambiente, o bem-estar animal e a saúde.

Também podemos identificar muitas iniciativas incentivando a produção de alimentos no contexto urbano. A desindustrialização que se seguiu à trans-

ferência de fábricas de regiões desenvolvidas do Hemisfério Norte, sobretudo dos Estados Unidos, para países em desenvolvimento levou ao surgimento de movimentos sociais reivindicando o uso de terrenos baldios para produzir alimentos, apoiados por organizações comunitárias. Nos EUA, essas iniciativas se cristalizaram no “*food justice movement*”. Por outro lado, o conjunto de preocupações tipicamente urbanas já mencionadas — saúde, ambiente, bem-estar animal — está estimulando muitas iniciativas individuais e de grupos, motivadas pelo desejo do consumidor mais consciente do século 21 de assumir maior reponsabilidade por sua alimentação, seja se envolvendo diretamente na produção ou exigindo que os integrantes da cadeia alimentícia estabeleçam contatos diretos com produtores agrícolas nas periferias das cidades. Sensibilizados por esses sinais de mudanças de consumo alimentar, donos de restaurante também articulam circuitos curtos de suprimentos ou até investem em produção própria.

Diante desse conjunto de tendências, não surpreende que as políticas públicas municipais comecem a refletir essas questões. Questões energéticas, climáticas e digitais, bem como as transformações econômicas em curso, suscitam novas interrogações sobre a natureza da vida urbana, dentro das quais as políticas alimentares estão ganhando espaço. Por um lado, as cidades estão respondendo às metas de convenções globais (ODGs, Acordos de Paris), por outro, elas se responsabilizam por importantes mercados institucionais de alimentos (escolas, sobretudo), e pelo gerenciamento de espaços públicos agora frequentemente reivindicados para produzir alimentos.

Este artigo analisa em que medida o sistema agroalimentar no Brasil está sendo impactado pelo conjunto dessas tendências identificadas. À primeira vista, o Brasil, como grande potência agrícola e com a sua capacidade competitiva sobretudo nos produtos das cadeias de proteína animal, parece ser um dos últimos países a ser influenciado por essas novas tendências. No entanto, devemos lembrar que em torno de 85% da população brasileira já vive em cidades, e uma grande parcela deste grupo majoritário nas capitais ou cidades grandes do país. Antes, porém, de discutir o caso brasileiro, é preciso rever, embora sumariamente, as discussões e os debates, tanto teóricos como históricos, sobre a relação cidade- campo, à luz desse novo olhar urbano sobre o alimento.

Relações cidade-campo - novos olhares

Os trabalhos clássicos de Gordon Childe (1950) e Lewis Mumford (1965) consagraram uma interpretação do surgimento das cidades como sendo decorrente da domesticação de plantas e animais e da geração de excedentes agrícolas, que permitiam uma divisão de trabalho, e a emergência de grupos dedicados a atividades não-agrícolas. Livres das restrições espaciais da terra, essas atividades se concentraram em núcleos urbanos e novas classes sociais que sujeitaram o campo às suas necessidades.

Descobertas arqueológicas mais recentes agora colocam o surgimento de cidades no umbral do desenvolvimento da agricultura e tendem a dar mais destaque para motivações religiosas e de comércio, mais do que a existência de um excedente agrícola, para explicar a ruptura da vida de clãs em favor de uma sociabilidade simultaneamente mais abrangente e de maior proximidade cotidiana. Análises das dietas nos assentamentos mais antigos apontam para a importância da caça e principalmente da pesca como fontes de proteína (Mellart, 1967, Soja, 2010, Aslan, 2017).

À luz desses achados, a urbanista norte-americana Jane Jacobs (1970) desenvolveu uma ousada hipótese invertendo a causalidade entre campo e cidade. Os primeiros assentamentos urbanos teriam surgido, segundo ela, para proteger matérias primas valiosas (obsidiana no caso hipotético analisado), no contexto de comércio. Assim, essas cidades seriam centros de comércio trocando metais preciosos por grãos, peles e animais. O gerenciamento dessa variedade de grãos e de espécies de animais vindos de distintas regiões criou um ambiente especialmente propício ao processo de seleção e domesticação. Apenas numa fase subsequente, com a transferência dessas inovações para o campo, a agricultura teria nascido.

Essas novas interpretações tornam mais complexo o fenômeno do surgimento da vida urbana e a sua relação com o campo e a agricultura. A proximidade de rios e mares e a antiguidade de navegação explicam tanto o peso dos produtos da pesca como a importância do comércio. Mais tarde, as primeiras civilizações urbanas, iniciando com os Sumérios no Crescente Fértil (Collins, 2021) e, no caso da América-Latina, o desenvolvimento independente da civilização Caral-Supe, no Peru, (Shady, 2000) se baseariam em

sistemas de irrigação que deram origem a uma agricultura em escala e com maior previsibilidade.

O aprimoramento das técnicas de navegação permitiu a localização de cidades nas regiões costeiras ou com acesso aos mares viabilizando a vida urbana a partir de circuitos longos de comércio alimentar, como no caso da dependência da Roma dos cereais do Egito Antigo e da Espanha. Durante a época medieval, Braudel (1998) chama atenção para a total dependência das “cidades-Estados” de abastecimento alimentar de locais distantes.

Uma heterogeneidade das relações entre campo e cidade e das formas de abastecimento alimentar, portanto, caracterizou os processos de urbanização desde a Antiguidade. Ao mesmo tempo, como bem mostrou Max Weber (1958), a dinâmica da cidade também podia variar ao depender da sua estrutura político-social, seja organizada em torno do templo, de uma guarnição militar, do poder político, do comércio a distância, ou de mercado locais. Varia também em função da sua composição social, sobretudo a natureza das classes dominantes e o peso relativo da população livre e dos escravos. Todos esses fatores influenciam a natureza da demanda urbana de alimentos e os desafios de abastecimento, como veremos ao analisar o caso brasileiro.

Entre todas as transformações nas relações cidade-campo a partir da época “moderna” podemos destacar as seguintes: a integração de países como o Brasil na forma de colônias na consolidação da “economia mundo” à la Braudel e Wallerstein; a subordinação das cidades aos Estados-Nações a partir do tratado de Westphalia; e a explosão de urbanização no despertar da Revolução Industrial. Os impactos da relação colonial nas relações campo-cidade no Brasil serão tratados nas seções seguintes. A consolidação dos Estados-Nações coloca em questão a autonomia e o alcance das cidades na definição de políticas alimentares, tema também a ser explorado na análise do caso brasileiro. Assim, nesta seção nos deteremos nas novas questões trazidas à dinâmica urbana pela Revolução Industrial.

A segunda metade do século 19 testemunhou uma explosão de urbanização na Europa, nos Estados Unidos e em países recém-independentes, como o Brasil. Trata-se de uma urbanização em novas escalas que se generaliza com a apropriação industrial de atividades anteriormente conduzidas no campo e em vilarejos, e o desenvolvimento contínuo de outras atividades que a própria

vida urbana impõe. A questão que se colocava foi a capacidade da agricultura de acompanhar essa nova demanda, à luz das restrições em torno da produtividade agrícola identificadas por Ricardo e Malthus. Na Inglaterra, o campo e a cidade foram vistos crescentemente como realidades antagônicas, expressas na demanda industrial pela abertura dos portos para a importação de grãos. Foi o renomado químico Liebig que reposicionou o debate ao definir a produtividade da terra em seus componentes químicos — nitrogênio, fosforo, e potássio — abrindo a possibilidade de “melhorar” a produtividade com insumos externos à propriedade que eventualmente seriam produzidos industrialmente.

Inicialmente entusiasmado com essas possibilidades de melhorar a produtividade, Liebig se tornou cada vez mais um crítico do que ele via como um inevitável esgotamento da fertilidade do solo. O antagonismo entre campo e cidade foi agora visto em termos de uma polarização entre produção no campo, por um lado, e consumo na cidade do outro, onde os recursos e os nutrientes gerados no campo são transformados em dejetos na cidade, despejados nos rios e nos mares longe das áreas de produção. Assim, ao antagonismo social fazendeiros versus industrialistas, acrescentou-se a noção de um antagonismo ambiental entre campo e cidade, que Marx batizaria como “uma ruptura metabólica”, uma linha de análise que se renova hoje no contexto das crises em torno do meio ambiente e do clima (Bellamy-Foster, 1999). Como veremos, as questões do meio ambiente e do clima se tornaram centrais à discussão de sistemas alimentares urbanos.

A noção de ruptura metabólica enfatiza a polarização campo-cidade, mas os estudos históricos mostram uma presença importante de produção agrícola e pecuária no contexto urbano. Num trabalho clássico, Von Thünen (1826) estabeleceu uma tipologia ideal das relações entre campo-cidade onde ele via a produção do campo organizada em círculos concêntricos em torno da cidade com a relativa proximidade dos produtos sendo determinada por critérios de perecibilidade e transportabilidade. Fica claro que Von Thünen se refere a apenas um dos muitos tipos de cidade que enumeramos acima, o que Raymond Williams chama a *market town* no seu também clássico estudo, “*The Country and the City*” (1973). Mesmo que haja muitos críticos a esse modelo abstrato, as duas variáveis de perecibilidade e meios de transporte oferecem insights importantes. Seguindo esses critérios, Von Thünen coloca produtos lácteos e

a horticultura no primeiro círculo que corresponde ao periurbano, o que hoje chamaríamos o cinturão verde.

A convivência da horticultura com a vida urbana, mesmo em constante tensão face às pressões do setor imobiliário, evidencia-se ao longo desse período, iniciando com a promoção de *garden plots* por Bismarck para reforçar a dieta da classe operária, uma política que se generalizava pela Europa assumindo um papel decisivo durante as grandes guerras europeias. Calcula-se que os *victory gardens* nos EUA respondiam por 40% da produção nacional de horticultura durante a Segunda Guerra Mundial (McClintock, 2010). No final do século 19, Paris dispunha de um forte setor comercial de horticultura no bairro do Marais, inclusive exportando seus produtos para o mercado londrino. O que viabilizou essa produção no coração da capital francesa foi a presença de não menos de 90 mil cavalos, segundo o censo de 1890, cujo esterco era coletado e aplicado na produção hortícola. De fato, desde tempos imemoriais e, também, ao longo do século 19 produtos altamente perecíveis – como leite e carnes – faziam parte do meio urbano (Atkins, 2012).

Foram transformações nas duas variáveis identificadas por Von Thünen – perecibilidade e transporte – que modificaram definitivamente tanto o esquema dele como a relação entre a produção de alimentos e a cidade. Em primeiro lugar, veio a inovação radical do sistema ferroviário, rapidamente adotado mundo afora, que permitiu a chegada de produtos perecíveis de distâncias cada vez maiores. Seguiram-se as técnicas de refrigeração nas últimas décadas do século 19, viabilizando a importação de carne fresca para a Europa até da Argentina. O golpe fatal, porém, foi o desaparecimento do cavalo das cidades com a invenção do carro e do bonde elétrico, que eliminou uma fonte preciosa de fertilizante, e aí sim radicalizou a ruptura metabólica entre cidade e campo.

Tão importantes como as inovações em transporte e refrigeração foram as medidas de saúde pública adotadas desde o início de século 19 (Daviron et al, 2017). A transmissão de doenças que assolaram os habitantes das cidades foi identificada com cheiros nauseabundos e o resultado foi o aumento de regulações que levaram ao fechamento de laticínios e abatedouros e à proibição da prática comum da criação de pequenos animais dentro das casas. Nas últimas décadas do século 19 a teoria de transmissão por parte de germes reforçou essas regulações, sobretudo no caso de animais. Foi, portanto, apenas a partir do

século 20 que os animais, fontes de carnes e lácteos, foram finalmente expulsos das cidades nos países da Europa e nos Estados Unidos. Animais urbanos agora só “pets”, que ao longo do século 20 adquiriram crescentes direitos de cidadania, alimentados agora pela indústria alimentícia e não pelas sobras da mesa.

A especificidade histórica das relações cidade-campo no Brasil

Como devemos situar a urbanização brasileira à luz das relações campo-cidade retratadas acima, caracterizadas, como vimos, por grandes heterogeneidades e especificidades históricas? O estudo clássico de Gilberto Freire, “Casa Grande e Senzala” (1933, 2002), oferece muitas pistas. Em forte contraste com a colonização espanhola, Freire, e nisso coincide com Sérgio Buarque de Holanda, aponta para o domínio do rural na colonização portuguesa. As cidades que surgiram no campo eram pouco mais que vilas e vilarejos, rudimentares e subordinados politicamente aos coronéis das grandes propriedades. As cidades maiores foram localizadas na costa atlântica com um mínimo de aparelhamento visando apenas a defesa da colônia, a implantação da religião católica, e uma estrutura administrativa suficiente para controlar o comércio externo e coletar os impostos. Deve-se lembrar que as atividades de manufatura foram expressamente proibidas no Brasil Colônia.

Ao pensar a dinâmica de abastecimento alimentar devemos atentar para o fato de que os donos das grandes fazendas, mesmo que tivessem casas nessas cidades, passavam a maior parte do tempo no campo. Os escravos, por definição, eram de responsabilidade dos seus donos, incluindo a sua alimentação. Uma parcela da população fixa, dada a pouca densidade das cidades, morava em chácaras com produção própria de frutas, legumes e pequenos animais (Reis Filho, 1968). A elite da colônia, inclusive os grandes fazendeiros, dependiam em grande medida de importações para incrementar a sua dieta, com destaque para o bacalhau salgado. Nos tempos de boa remuneração dos produtos de exportação, especialmente da cana-de-açúcar, Gilberto Freire argumenta que a monocultura se impôs tanto que expulsara a pecuária para longe no interior e prejudicava a produção até da mandioca, a comida básica dos escravos.

Essa dinâmica apenas mudou com a descoberta de ouro em Minas Gerais, no início do século 18 até o seu declínio na segunda metade do século. Grandes fluxos populacionais – do resto do Brasil e de Portugal – para essa atividade exclusiva e não-agrícola, criaram, num primeiro momento, uma situação crônica de crise alimentar para depois estimular uma agricultura para o consumo regional, bem como fluxos extra-regionais para suprir as minas com mulas e carnes charqueadas. O declínio da economia mineira coincidiu com a mudança da capital do Brasil Colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, e a agricultura de Minas Gerais se dirigiu cada vez mais para a nova capital. A chegada dos reis e da corte de Portugal no Rio de Janeiro no início de século 19 aumentou a demanda alimentar e reforçou essa agricultura e pecuária mineira para consumo doméstico no Rio de Janeiro. Deve-se notar que naquele período São Paulo ainda era uma vila com em torno de 20 mil habitantes, e com a inauguração da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1828 se tornou um reduto de estudantes até o grande fluxo de migração europeia a partir de 1870.

Nos relatos de Katia Mattoso (1992), e Van Holthe (2002), Salvador, já na condição de antiga capital e com a cana-de-açúcar em decadência, apresenta um quadro permanente de crise de abastecimento, escassez de alimentos e fomes periódicas ao longo do século 19. Mandioca era a comida base e, como mostrado por Freire, sofria a contínua concorrência das culturas de exportação que também, como vimos acima, tinham expulsado a pecuária para longe no Sertão. As crises foram atribuídas a diversos fatores – a falta de moeda circulante, a precariedade das estradas, a chegada de navios demandando suprimentos, epidemias, mobilizações para guerras — mas uma constante nas análises também é a figura do atravessador e a oligopolização do comércio. Os ricos, por sua vez, nas suas quintas e chácaras desfrutavam de um alto grau de subsistência não apenas em pomares e hortigranjeiros, mas também em carnes e até na produção de mandioca. Roças mais modestas na periferia das cidades igualmente se tornaram uma fonte importante de alimentação e de ganho nas vendas ambulantes na cidade.

Durante todo o século 19, uma parte importante dos alimentos para a população urbana do Rio de Janeiro vinha também da persistência das chácaras e pequenas propriedades, inclusive em volta da lagoa principal da cidade, a Rodrigo de Freitas, de onde vinham também os quitutes vendidos à população no núcleo central da capital pelas “negras de tabuleiro” e os “escravos de ga-

nho”, imortalizados nas pinturas de Jean Baptiste Debret (Pereira, 2020). Com a mudança da corte de Portugal para o Brasil Colônia, a abertura dos portos e o fim da proibição de manufaturas, a população do Rio experimentou um forte e contínuo crescimento, destacando-se entre todas as cidades brasileiras. Assim, uma dinâmica tipicamente urbana se impôs com a expansão de investimentos imobiliários pressionando o mundo das chácaras à medida que estradas foram abertas e o sistema ferroviário introduzido. Em compensação, o mesmo sistema ferroviário consolidou centros regionais de abastecimento alimentar para o Rio de Janeiro – laticínios e pecuária de Minas Gerais e hortifrutigranjeiros do Vale do Paraíba, em São Paulo. Niterói, do outro lado da Baía de Guanabara, se tornou um município dedicada à policultura para abastecer o Rio de Janeiro, que em 1890 já tinha mais de meio milhão de habitantes.

A cidade de São Paulo, que manteve uma população de 20 mil a 30 mil habitantes durante a maior parte do século 19, viu a sua população explodir a partir de 1870 com a imigração europeia, o desenvolvimento das lavouras de café no interior do estado, a posição estratégica da cidade entre Santos, no litoral, e as outras cidades no interior, bem como a industrialização que se seguiu à chegada dos imigrantes. Enquanto, em 1873, a cidade ainda tinha uma população de apenas 32 mil habitantes, em 1900 esse número tinha chegado a 240 mil. Da mesma forma que no Rio, as chácaras e as pequenas propriedades fora do núcleo central da capital paulista, na época conhecido como Triângulo, forneciam uma parte importante das frutas, dos hortifrutigranjeiros, dos frangos e dos porcos vendidos na cidade, além dos quitutes das quitadeiras (Silva, 2008). Os peixes dos rios da cidade foram outra importante fonte de proteína. O Estado de São Paulo tinha uma agricultura bastante diversificada de milho, feijão, arroz e criação de porcos, inicialmente estimulada pela demanda das minas de ouro e depois se mantendo de forma intercalada com o café que se expandia a partir da segunda metade do século 19. Com o desenvolvimento da cabotagem, uma parte dessa produção, especialmente a do arroz, começou a ser exportada para outras regiões do país, e se tornou também uma fonte importante de abastecimento da cidade de São Paulo.

Ao longo do século 19, a Câmara Municipal de São Paulo intervinha para disciplinar a oferta de alimentos por meio de Códigos de Posturas que regulavam distintos aspectos da produção e da comercialização. Localidades específicas foram designadas para a venda exclusiva de alimentos básicos (grãos, porcos e

toucinho) e de “miúdos” (hortifrutigranjeiro e peixes), respectivamente na Rua das Casinhas e na Rua da Quitanda. Na segunda metade do século, um mercado municipal foi criado e feiras permitidas em localidades e horários estipulados. Esforços de regular os vendedores ambulantes continuaram, ao longo do século, uma fonte permanente de conflitos. Ao mesmo tempo, medidas limitando o volume de compras e regulando preços, tentaram, sem grande sucesso, inibir a oligopolização do comércio alimentar (Silva, 2013).

O núcleo central da cidade, o Triângulo, foi se tornando cada vez mais residencial e uma grande preocupação da Câmara Municipal foi eliminar a sujeira e os cheiros dos alimentos dessa região. Nesse sentido, a maior preocupação foi com o abate de animais, com matadouros sendo realocados à medida que a cidade crescia. Como na Europa, as políticas municipais foram influenciadas pela confluência da associação de maus cheiros com a proliferação de doenças, de acordo com a teoria miasmática, e por preocupações higienistas visando a saudabilidade dos alimentos perecíveis (Silva, 2008).

A partir da década de 1870, a explosão populacional decorrente da imigração da Europa e do Japão, que se concentrou em São Paulo mas impactou também o Rio de Janeiro e as cidades do Sul do país, estimulou iniciativas de criar colônias em torno da cidade para suprir os hortifrutigranjeiros e os pequenos animais que foram escasseando na cidade com o avanço imobiliário e o loteamento das chácaras. Ao mesmo tempo, a integração regional e até nacional por meio de estradas, ferrovias e cabotagem acelerou e tornou as cidades cada vez mais dependentes de fontes de abastecimento regionais e inter-regionais. Por outro lado, o ritmo de crescimento das cidades resultou em crises sucessivas de abastecimento alimentar que foram acentuadas durante a Primeira Guerra Mundial, com o aumento de exportações para os aliados. Assim, em 1918, o Governo Federal criou o Comissariado de Alimentação Pública, que, embora não tenha sido bem-sucedido, marcou uma mudança no eixo das políticas de abastecimento alimentar: durante o século 20, elas se tornariam eminentemente nacionais e não mais a responsabilidade de cada cidade, seguindo tendências desencadeadas na Europa dois séculos antes (Yedda Leite Linhares, 1979).

Portanto, durante grande parte do século 20, a participação das cidades brasileiras no fornecimento de alimentos foi ofuscada pelos grandes debates e

embates nacionais em torno da produção alimentícia para o mercado interno versus exportações. Surge a necessidade de criar políticas nacionais de abastecimento, e, mais ainda, discute-se uma reforma agrária para reorientar a produção agrícola para as demandas de um Brasil em rápido crescimento urbano e industrial. Só a partir da democratização nos anos 1980, com o afloramento de movimentos sociais e de reivindicações populares, é que as cidades se tornariam de novo um foco de políticas alimentares, incluindo a promoção da agricultura urbana.

As cidades brasileiras se tornam de novo eixos de políticas alimentares

Embora considerada uma década perdida para a economia, nos anos 1980 o Brasil passou por uma transformação política profunda após mais de duas décadas de ditadura militar. Movimentos sociais e organizações da sociedade civil surgiram em torno de temas antigos (reforma agrária, agricultura periurbana) e “novos” (demarcação de terras indígenas e quilombolas, agricultura familiar, segurança alimentar e consumo). Os municípios ganharam cada vez mais importância e os novos partidos surgidos após a ditadura, alguns deles com ampla base popular como o Partido dos Trabalhadores (PT), conquistaram as prefeituras de capitais e cidades grandes. A Constituição de 1988 consagrou o direito de acesso aos alimentos e o dever do Estado de garantir esse acesso.

Nos anos 1990, iniciou-se o processo de municipalização do Sistema de Merenda Escolar, previsto em lei a partir de 1994 (PNAE). A reforma agrária, por um lado, e a questão da fome, por outro, se tornaram temas políticos centrais. A Ação de Cidadania contra a Fome, liderada por Herbert de Souza, o Betinho, teve uma adesão massiva nas grandes cidades e levou à criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA).

Com avanços e retrocessos nos anos 1990, a partir da segunda metade da última década do século 20 e da primeira década do século 21, houve avanços na reforma agrária, na demarcação das terras indígenas e quilombolas, na promoção da agricultura familiar, na política de Fome Zero e no programa Bolsa Família, o CONSEA foi reativado e o PNAE reformulado, colocando pro-

gressivamente a questão alimentar no centro das prioridades e tornando os municípios, ao mesmo tempo, responsáveis pela execução de vários desses programas.

Na literatura sobre esses temas podemos identificar duas abordagens – um enfoque específico sobre a agricultura urbana e uma orientação mais geral à cidade como foco de iniciativas e políticas visando o sistema alimentar no seu conjunto. Ao considerar primeiro o tema de agricultura urbana, vimos acima que, a partir dos anos 1990 e mais ainda da primeira década dos anos 2000, a agricultura urbana se torna um tema central das organizações internacionais (FAO, PNUD, UN-Habitat), com foco específico na rápida urbanização do continente africano num contexto predominante de subemprego e desemprego. Uma resenha bastante completa das informações e análises da agricultura urbana nesse contexto, por Orsini et al (2013), enfatiza a contribuição quantitativa da agricultura urbana. Uma publicação citada por Orsini et al estima que 800 milhões de pessoas são envolvidas mundialmente em agricultura urbana e que 200 milhões comercializam os seus produtos. A FAO, de novo segundo Orsini et al, chega a uma conclusão mais modesta ao calcular que em torno de 100 milhões de agricultores urbanos ganham alguma renda da venda de seus produtos.

Nesse quesito o Brasil se diferencia da categoria de países em desenvolvimento por ter se tornado um país majoritariamente urbano já em meados dos anos 1960, quando houve a expectativa de um emprego tipicamente urbano, mesmo que miseravelmente remunerado, na maioria dos casos. Hoje a urbanização já atinge 85% da população, maior do que em muitos países europeus. Essa realidade se reflete nas abordagens sobre agricultura urbana que focalizam mais o seu valor para diversas populações vulneráveis nas cidades e para os seus benefícios sociais e nutricionais. Assentamentos da reforma agrária, sítios de quilombolas, hortas em escolas, e lutas de agricultores na periferia contra os avanços imobiliários assumem destaque no contexto brasileiro.

O estudo mais abrangente de agricultura urbana no Brasil foi elaborado por Santandreu & Lovo e publicado em 2007 pelo REDES/IPES em convênio com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e FAO. Em colaboração com redes de ONGs, 635 iniciativas foram identificadas no país, presentes em todas as regiões, com a predominância do Sudeste e do Sul (59%), seguido pelo

Centro-Oeste (23%) e o Norte/Nordeste (18%). Desse total, 537 se dedicavam à produção agrícola (incluindo coleta e extrativismo) e 109 à pecuária. Apenas 66 se envolviam na transformação do produto, e 248 comercializavam os seus produtos. O estudo pesquisou em profundidade 160 dessas iniciativas abrangendo 52 municípios. É interessante notar que a maioria se localiza nas regiões mais desenvolvidas do país e nas capitais, sugerindo que a agricultura urbana faz parte de uma agenda política inovadora. Na região Centro-Oeste, todas as iniciativas (24) foram promovidas por organizações da sociedade civil, enquanto nas outras regiões as políticas públicas são igualmente responsáveis.

O papel do governo federal é mais forte no Sul e no Sudeste (20), bem como dos governos estaduais e as prefeituras (17), mas as iniciativas da sociedade civil lideram (40) nessas regiões. No Norte/Nordeste a presença da União é mais fraca (6) e são os governos estaduais e as prefeituras que tomam a dianteira (28). Mas mesmo aqui a sociedade civil tem um papel fundamental (25). O foco predominante das iniciativas é a população mais vulnerável nas favelas das grandes cidades, com a participação maior de idosos e de mulheres. A presença de iniciativas em escolas ou produzindo para a Merenda Escola é também notável. Preocupações nutricionais, como o maior consumo de hortícolas, e de bem-estar social são enfatizadas.

A partir dos anos 2000, o tema da agricultura urbana começa a ser estudado na academia. Uma primeira avaliação dessa literatura foi conduzida por Branco e Alcântara (2011). Elas levantaram 191 trabalhos publicados sobre hortas urbanas e periurbanas entre 1996 e 2010. Mais de 60% desses estudos foram concentrados nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás e Piauí, com os estudos nesses dois últimos estados concentrados em poucos exemplos. Um levantamento paralelo em artigos da imprensa mostrou a existência de mais exemplos de agricultura urbana em todos os estados brasileiros estudados. Chamou a atenção das autoras uma falta generalizada de análise dos tipos de posse da terra, bem como a ausência de regulamentação dessas atividades agrícolas. Apenas Minas Gerais possuía uma legislação específica nesse sentido. A maioria dos projetos analisados tinha menos de três anos de funcionamento, impossibilitando uma avaliação de sua sustentabilidade no longo prazo.

Uma análise das características socioeconômicas apontou para populações pobres onde predominavam aposentados e desempregados, com uma maioria de mulheres. A maioria dos estudos foi positiva em relação aos benefícios diretos de geração de renda via várias formas de comercialização, com impactos também positivos para a vida da comunidade envolvida. Por outro lado, ao enumerar as dificuldades, os estudos destacaram a falta de acesso à assistência técnica, a dificuldade de acesso à capital e à água, e deficiências de organização, problemas que sugerem um alto nível de dependência.

Outro estudo de Alves, Moura & Schultz (2019), usando as palavras-chaves agricultura urbana e Brasil, identificou 50 trabalhos nas bases SCOPUS e *Web of Science*, reduzidos a 27 após a leitura dos textos. Dezesete desses estudos foram de brasileiros com o predomínio de abordagens das ciências agrícolas e biológicas (10), das ciências sociais (9) e da ciência ambiental (4), indicando o peso de interdisciplinaridade nesse campo. Os autores chamam a atenção pela variedade de temas abordados – saúde, segurança alimentar, sustentabilidade, políticas públicas, paisagismo, trabalhos em equipe, agricultura vertical, migração rural-urbana e agricultura indígena em áreas urbanas – com destaque para a agenda nova de direitos, do meio ambiente e de saúde.

No trabalho de Santandreu & Lovo (2007), fica evidente a importância das políticas públicas federais, estaduais e municipais. Esse estudo também enfatizou o papel das ONGs, que nesse período trabalharam em estreita sintonia com o governo federal, muitas vezes sendo responsáveis pela execução de suas políticas. Com o início do Governo Lula em janeiro de 2003, a política de Fome Zero se tornou central e foi promovida a nível local através de programas municipais. O CONSEA também se capilarizava nos conselhos municipais, pregando uma visão de segurança alimentar com destaque para o aspecto nutricional que, por sua vez, foi identificado com a rejeição de agrotóxicos e o foco na agricultura familiar. A agricultura urbana, na forma de hortas comunitárias, se tornou um componente dessas políticas, sendo objeto de um programa específico com metas e orçamento. Outro elemento central, como vimos, foi a política de Merenda Escola, cuja execução se tornou responsabilidade das prefeituras com a diretriz de fornecer alimentos frescos preferencialmente oriundos da agricultura familiar. Nesse cenário, a agricultura urbana se integrava como parte de uma política de segurança alimentar agora sob a responsabilidade dos governos municipais.

Belo Horizonte, a terceira maior cidade brasileira, se tornou uma referência internacional (FAO, Sonnino, 2009) pela coerência da sua política alimentar durante a administração municipal do PT. Rocha e Lessa (2009) defendem que a especificidade do caso da capital mineira —e, podemos acrescentar, da experiência brasileira como um todo—, foi o papel central do governo local. Mais importante ainda, porém, foi o foco no sistema alimentar como um todo a partir da perspectiva do consumo (acesso e qualidade), visando a população mais pobre. Assim, cantinas a baixo preço e de acesso universal foram criadas em pontos centrais da cidade para atender a milhares de pessoas que antes iam trabalhar sem comer. Um programa complementar para famílias registradas como de baixa renda subsidiava o acesso a uma cesta básica de produtos não-perecíveis. As crianças foram atendidas não apenas por meio do programa de “merenda escola”, que em 2007 servia 40 milhões de refeições para 155 mil alunos em 218 escolas públicas (Rocha e Lessa, 2009), mas por um programa específico de combate à desnutrição entre crianças abaixo de cinco anos. Um “banco de alimentos” completava essas políticas de acesso, baseado na coleta das sobras de alimentos frescos que, após serem tratados, eram distribuídos a distintas entidades sociais e de caridade. Segundo o relato de Rocha e Lessa, 600 toneladas foram distribuídas a 108 instituições apenas em 2007.

O programa também intervinha nos mecanismos do mercado para assegurar a chegada de alimentos frescos a bairros mal servidos (os *food deserts*), pelo setor privado. Comerciantes foram licenciados para vender os seus produtos em bairros de maior poder aquisitivo na condição de também atender os bairros pobres com os preços de uma lista de produtos acordados com a prefeitura. Vendas diretas de agricultores familiares periurbanos em feiras organizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte com preços monitorados foram também promovidas.

A agricultura urbana foi objeto de vários projetos: jardins comunitários, pomares com a distribuição de sementes e mudas, jardins escolares e workshops para ensinar a plantar. Todos esses projetos integraram uma política de promoção de um sistema alimentar local alternativo que priorizou a segurança alimentar e nutricional, em forte articulação com as políticas federais do programa Fome Zero. A continuidade política, tanto a nível local como federal, se torna decisiva e se sobrepõe às disputas político-partidárias.

O Rio de Janeiro também se tornou uma referência internacional por sua iniciativa Hortas Cariocas, sendo premiado pelo Pacto de Milão sobre Políticas de Alimentação Urbana em 2019, e considerado pelas Nações Unidas como um projeto essencial para atingir as metas ODS de 2030. A ideia original era identificar hortas comunitárias que já existiam e que podiam se beneficiar do apoio da Prefeitura do Rio com o objetivo de promover a produção orgânica e fornecer comida saudável para as comunidades e as escolas. Hoje, com uma equipe maior e mais recursos orçamentários, existem em torno de 50 projetos atendidos, a metade dos quais em escolas, com mais de 300 pedidos de parceria. A prefeitura fornece apoio completo – técnico, sementes, ferramentas e uniformes. Voluntários que trabalham tempo parcial recebem R\$ 400,00, os “encarregados” da horta R\$ 520,00 e os “integradores”, responsáveis pela promoção e organização, R\$ 900. O objetivo é que a horta gere renda e se torne independente do governo municipal. Nesse sentido, 50% da produção é doada à comunidade e a outra metade pode ser vendida livremente. A produção de cerca de 40 toneladas/mês é toda orgânica. Mesmo tratando-se de uma iniciativa específica, é evidente na sua arquitetura que ela compartilha as mesmas prioridades que o programa mais integrado de Belo Horizonte – uma preocupação com o fornecimento de alimentos frescos, saudáveis e nutritivos às comunidades populares, com uma atenção específica para as crianças e os jovens da rede pública de ensino.

Selecionamos os exemplos de Belo Horizonte e Rio de Janeiro por serem os mais referenciados internacionalmente, mas iniciativas parecidas podem ser encontradas na maioria das grandes cidades do país, onde as prefeituras são responsáveis pela execução das políticas federais consagradas na Constituição. Além da política mais fundamental de Merenda Escola, todas as cidades precisaram dar respostas às novas reivindicações e direitos, sejam em torno de áreas de quilombolas, assentamentos da reforma agrária ou áreas indígenas cujos interesses são defendidos por movimentos sociais. Paradoxalmente, na contramão dessa valorização da agricultura urbana, os agricultores tradicionais na área periurbana sofrem a ameaça do avanço constante da especulação imobiliária, frequentemente ilegal e criminoso, e muitas vezes precisam enfrentar também o descaso do próprio poder municipal. Apenas a capital mineira, como já vimos, promulgou uma lei fundiária que legitima a atividade agricultura urbana, enquanto no município do Rio de Janeiro, por exemplo, toda a terra é considerada como “integralmente urbana”.

Conclusões

A agricultura urbana no Brasil se encaixa em um leque de políticas alimentares locais fortemente direcionadas aos objetivos de segurança alimentar e nutricional consagrados na Constituição de 1988 e em Lei Federal. As prefeituras são executoras dos os programas federais, mas também desenvolvem políticas próprias. O alvo são as comunidades pobres urbanas, com o foco não apenas em políticas de acesso a alimentos, mas também nos seus aspectos nutricionais e de saúde e, portanto, privilegiando frutas e verduras e a produção orgânica. Ao mesmo tempo, essas políticas visam comunidades e não indivíduos, bem como a valorização de grupos mais vulneráveis – aposentados, mulheres e crianças.

Por outro lado, a agricultura periurbana – sem o amparo de políticas consistentes e na falta de uma legislação apropriada (com a exceção do caso de Minas Gerais e sua capital) – sofre de constantes pressões do setor imobiliário, e sem o devido apoio das prefeituras para a sua sobrevivência, precisa recorrer a sua própria capacidade organizacional e aos movimentos sociais de apoio. Por vezes, recebe suporte também de restaurantes, que investem em compras diretas do produtor ou até mesmo na produção direta como uma estratégia de diferenciação.

Estudos indicam, que, embora diversas formas tradicionais de comercialização tenham sofrido e continuem a sofrer dos impactos da pandemia de Covid-19, os circuitos curtos e as formas de venda direta estão se mostrando mais resilientes, o que pode também levar a uma revalorização da agricultura periurbana (Biazoti + 5, 2021, Ferreira et al, 2020).

Nesse artigo, focalizamos a centralidade das políticas públicas e o papel das administrações das grandes brasileiras na implementação de determinações da Constituição de 1988 e de leis e programas federais que visam a segurança alimentar. Para uma análise mais completa dessa reestruturação dos sistemas alimentares locais teríamos de investigar também os impactos das mudanças nas práticas de consumo de partes da população que não são alvos específicos dessas políticas, como os lacto-vegetarianos e veganos. Embora timidamente, o Brasil também está experimentando com sistemas de agricultura vertical e pesquisando as possibilidades de carnes celulares. À luz do consenso cada vez

mais abrangente sobre o papel central de sistemas de alimentação alternativos para a saúde e o meio-ambiente e com o estímulo dos ODS e das metas de carbono, podemos vislumbrar importantes transformações nos sistemas alimentares urbanos nas próximas décadas que vão redefinir as relações históricas entre campo e cidade.

Nesse momento de inflexão, é importante nos reportarmos à literatura que hoje problematiza “verdades recebidas” sobre o surgimento das cidades e que destaca a variabilidade das relações campo-cidades consolidadas ao longo do tempo. Mostramos nesse artigo a especificidade histórica das relações entre as cidades brasileiras e as suas formas de abastecimento alimentar para melhor contextualizar e avaliar as iniciativas atualmente em curso. ■

Referências

Alves, Deise de Oliveira, Adeildo de Quadros Moura & Glauco Schultz, “Agricultura Urbana no Brasil: um levantamento sobre a produção científica nas bases Scopus e Web of Science”, *Desenvolvimento Regional em Debate*, vol.9. 2019

Aslan, Reza, *Deus. Uma história humana*, Zahar, 2017

Atkins, Peter, 2012, “Animal Waste and Nuisance in Nineteenth Century London”, in *Peter Atkins (ed), Animal Cities*, Ashgate

Bellamay-Foster, 1999, “Marx’s theory of the Metabolic Rift. Classical foundations for environmental sociology”, *American Journal of Sociology* vol 105, no 2

Biazoti, A. R., A. C. Nakamura, G. Nagib, V. O. P. de Souza Leão, G. Giacchè & T Mauad, “The impact of COVID-19 on Urban Agriculture in São Paulo, Brazil”, *Sustainability*,13. 2021

Branco, Marina Castelo & Flavia A. de Alcântara, “Hortas Urbanas e Periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira?”, *Hortic. Bras.* Vol 29, no 3, 2011

Braudel, Fernand, *O Tempo do Mundo*, Martins Fonte, 1998

Childe, V. Gordon, “The Urban Revolution”, in *The Town Planning Review*, vol 21 no 1, 1950

Daviron, Benoit, Colinne Perrin & Christophe Toussaint Soulard, (2017), “History of Food Policy in Europe from the Ancient City to the Industrial City” in *Caroline Brand et al, Designing Urban Food Policies*, Springer

FAO, *Growing greener cities in Latin America and the Caribbean*, Rome, 2014

Ferreira, J., M. A. Ferreira & Vitoria Leão, “Agricultura urbana faz a diferença em tempos de pandemia”, NEXO, 28/05/2020

Freyre, Gilberto, *Casa Grande & Senzala*, (1933, 2002), ALLCA XX

Graham, Maria, *Journal of a Voyage to Brazil and Residence there*, London, 1824

Holthe, Jan Mauricio Oliveira van, *Quintais Urbanas em Salvador no Século XX*, UFB, 2002

Jacobs, Jane, *The Economy of Cities*. Vintage, 1970

Lenharo, Alcir, *As Tropas de Moderação: Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil, 1808-1842*, Biblioteca Carioca, 1992

Linhares, Maria Yedda Leite, *História de Abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918)*, BINAGRI, 1979

Linhares, Maria Yedda Leite & Francisco Carlos Teixeira da Silva, *História Política de Abastecimento 1918-1974*, BINAGRI, 1979

Matos, Odilon Nogueira de, “A Cidade de São Paulo no Século XIX”, *Revista de História*, 10. 1955

Mattoso, Katia M. de Queiroz, *Bahia Século XIX: uma Província no Império* 1992, Ed Nova Fronteira

McClintock, Nathan, “Why farm the city? Theorizing urban agriculture through a lens of metabolic rift”, *Cambridge Journal of Regional Economics and Sociology*, January, 2010

Mellaart, James, *Çatal Hüyük, a Neolithic Town in Anatolia*, 1967, McGraw Hill

- Mumford, Lewis, 1965, *A Cidade na História*, Ed Itatiaia, Belo Horizonte
- Orsini, Francesco, Remi Kahane, Remi Nono-Womdim & Giorgio Gianquino, “Urban agriculture in the developing world: a review, *Agronomy, Sustainable Development*, October, 2013
- Pereira, Claudinei, Silva, 2020, “A Produção agrícola por habitantes urbanos no Brasil: análise dos períodos colonial, imperial e a transição para o século XX”, *Revista NERA*, vol. 23, no. 53, 2020
- Pringle, Heather, 2001, “The First Urban Center in the Americas”, *Science*, vol.292
- Reis Filho, Nestor Goulart, 1968 *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*, Pioneira Editora, São Paulo.
- Rocha, Cecilia & Iara Lessa, “Urban Governance for Food Security: the alternative food system in Belo Horizonte”, *International Planning Studies*, vol 14, no.4, 2009
- Santandreu, Alain & Ivana Cristina Lovo, *Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes para sua Promoção*, REDE/IPES-RUAF, Belo Horizonte, 2007
- Silva, João Luiz Maximo da, 2008. *Alimentação da Rua na Cidade de São Paulo, (1928-1900)*, São Paulo
- Silva, Leopoldo, “Comércio de Alimentos em São Paulo na virada do século XIX para XX”, *XX Encontro de História, São Paulo, 2013*
- Soja, Edward, W. “Cities and States in Geohistory”, *Theor. Soc.* 39. 2010
- Sonnino, Roberta, “Feeding the City: towards a new research and planning agenda”, *International Planning Studies*, vol. 14, no. 4. 2009
- The Lancet Commission, “Food in the Anthropocene: the EAT-Lancet Commission on Healthy Diets from Sustainable Food Systems”, *Lancet*, 2019, 393
- Von Thünen, 1826 *The Isolated State*
- Weber, Max, *The City*, The Free Press, 1958
- Williams, Raymond, *The Country and the City*, OUP, 1973

PLATAFORMA DEMOCRÁTICA

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaioDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>

